



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

**A EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DE JOVENS BRASILEIROS/AS:
POLÍTICAS, PROJETOS E RECOMPOSIÇÃO DE FORÇAS NA GESTÃO DE LUIZ INÁCIO LULA
DA SILVA (2023-2024/1)**

**SABRINA PEREIRA PAIVA¹
YURI CARVALHO MACHADO²
LETÍCIA EVANGELISTA RIBEIRO³**

Resumo:

Análise documental de políticas públicas sexuais, de educação em sexualidade de adolescentes e jovens brasileiros/as. Há o direcionamento para ampliação da educação em sexualidade, com a centralidade do setor saúde; a (re)articulação entre sociedade civil e Estado. A educação sexual permanece como tema de política pública, de responsabilidade estatal, movimentos sociais e outros setores.

Palavras-chave: educação sexual; juventude; sexualidade; conservadorismo.

Abstract:

Documentary analysis of public sexual policies and sexuality education for Brazilian adolescents and young people. There is a focus on expanding sexuality education, with the health sector being central; the (re)articulation between civil society and the State. Sexual education remains a topic of public policy, state responsibility, social movements and other sectors.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Universidade Federal de Juiz de Fora

³ Universidade Federal de Juiz de Fora

Keywords: sexual education; youth; sexuality; conservatism.

Introdução:

No Brasil, historicamente, a educação em sexualidade é um campo regido por disputas ideopolíticas, as quais são articuladas por setores sociais distintos, que se organizaram em torno de suas demandas ao longo do século XX. A partir do processo de redemocratização no fim dos anos 1980, este tema ganhou centralidade em contendas públicas, especialmente pelo debate do pluralismo e da democracia. O contexto possibilitou construções coletivas/participativas das políticas públicas e o crescimento e/ou surgimento dos movimentos sociais ligados ao debate feminista e à diversidade sexual e de gênero, bem como dos movimentos identificados com a luta antirracista.

Durante a primeira década do século XXI, os movimentos sociais ampliaram seus espaços na agenda pública em pleitos relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos, conquistaram avanços em marcos regulatórios, diretrizes e políticas públicas, postulando a importância e a transversalidade do debate de gênero e sexualidade no âmbito das políticas de educação, saúde e outras políticas sociais (LEITE, 2019; CARVALHO, SIVORI, 2017). Carrara (2015) observa esse movimento de disputas e lutas por direitos civis e proteção social empreendidas pelos ativismos LGBTQIAPN+ e os diversos feminismos, bem como sua progressiva incorporação pelos Estados, como momentos privilegiados para compreensão de um processo mais amplo de transformação do “dispositivo de sexualidade”, concepção formulada por M. Foucault (1976), permitindo o enquadramento de um novo regime de sexualidade. Este parece ter começado a se organizar nos finais do século XX em torno da noção de direitos sexuais e de sua incorporação ao campo dos direitos humanos.

Uma das consequências da ascensão deste novo regime de sexualidade parece ser que o combate ao sexo sem função reprodutiva, que foi o movimento hegemônico dos regimes de sexualidade ocidentais até então, vai perdendo lugar para a sexualidade “irresponsável”, a qual deve ser coibida ou combatida em nome da preservação sexual. Carrara (2015, p. 326) sustenta o argumento de que seria possível concebermos a passagem de um regime secular da sexualidade, cuja linguagem era predominantemente biomédica, para um regime que se formula cada vez mais em uma linguagem sociojurídica, em torno da ideia de consentimento e de condições individuais para a liberdade do consentimento. Mas, como ele mesmo chama atenção, esses regimes foram formulados como tipos ideais, contendo oposições sobretudo heurísticas, observando sua convivência tensa na cena social contemporânea.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Durante os governos petistas, naquele momento, foi possível a incorporação às políticas públicas das pautas colocadas pelos movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+. Entre elas, podemos citar: a criação do Programa Brasil sem Homofobia (2004); o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (MEC/2006); a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008); o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT (2009); o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3 (2009); Projeto “Escola sem homofobia” (2010) e a implantação do Conselho Nacional LGBT (2010) (MELLO, BRITO, MAROJA, 2012; IRINEU, 2014; VIGANO, LAFFIN, 2019).

Entretanto, já em 2010, percebemos a ampliação da visibilidade e a afirmação pública das narrativas conservadoras em torno das pautas trazidas pelos movimentos sociais em ascensão, que articularam o que foi compreendido como a instalação de um “pânico moral”⁴ em torno da sexualidade juvenil, fundado na ideia de que o Estado estaria agindo em prol do desvirtuamento das crianças e das famílias brasileiras. Conforme apontam Sales e Mariano (2019, p. 17), o crescimento das demandas e articulações políticas dos movimentos LGBTQIAPN+ aguçou a sanha das bancadas evangélica e católica conservadoras, que se articularam com a ala da direita neoliberal, passando a se engajar cada vez mais, como oponentes, nos debates sobre políticas e programas ligados aos tratados de Direitos Humanos.

Como corolário da ampliação da expressividade política dos grupos conservadores religiosos e de suas articulações com a direita neoliberal, ocorreu também a retirada dos termos e do debate de gênero e diversidade sexual dos currículos escolares no Plano Nacional de Educação, o que implicou em evidente retrocesso para o campo dos direitos humanos e em desproteção de parcela significativa de jovens e crianças que vivem em contextos que os expõem mais às violações de seus direitos sexuais e reprodutivos, como temos assistido na mídia e constatado pelas estatísticas quanto aos casos de estupros e abusos sexuais com crianças e adolescentes, em especial as jovens pobres e negras, em contextos domiciliares (VIGANO, LAFFIN, 2019; ZAN, KRAWCZYK, 2019; UNICEF, FBSP, 2021).

Importante salientar que as narrativas e ações daqueles que se opõem à perspectiva dos direitos humanos, à defesa do pluralismo e das diversidades sexuais e de gênero, foram se tornando mais visíveis e multifacetadas em termos de estratégias articuladas às políticas públicas, não somente no

⁴ Stanley Cohen (1987, p. 9) define o pânico moral como “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas que ameaçam os valores morais da sociedade e seus interesses”. Sua natureza é, em geral, apresentada de forma estilizada e estereotípica pelos meios de comunicação, o que pode levar ao fortalecimento de certos tipos de barricadas morais.

Brasil, mas em vários países ao redor do mundo (PATERNOTTE, KUHAR, 2018). Entre nós, tais grupos sociais obtiveram maior destaque com a gestão governamental de Jair Bolsonaro (2019-2022), tendo a ministra Damares Alves à frente do então denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

A despeito de uma agenda política pautada na defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos (CORRÊA E PETCHESKY, 1996), que ecoa em outros países latino-americanos a inflexão promovida pelo MMFDH na gestão pública aliou a retórica antigênero (PATERNOTTE E KUHAR, 2018; JUNQUEIRA, 2017)⁵ às iniciativas pró-vida (contrárias ao aborto), elegendo a família cisheteronormativa como o lócus do amor matrimonial e filial. O apagamento das desigualdades de classe, de raça/etnia, de gênero, de geração, de orientação sexual é o resultado evidente desta ação governamental centrada na família, que silencia sobre as múltiplas violências sofridas pelas mesmas, sobre os conflitos existentes entre seus integrantes, cuja incumbência seria “educar” crianças e adolescentes para o encontro futuro de um suposto “amor matrimonial”. A retórica bíblica da castidade feminina está na base do regime moral que fundamenta as iniciativas que buscam coibir o “risco sexual precoce”, centrando nas mulheres (meninas e mães) a responsabilidade pelo “desgoverno da carne” que traria a reprodução “precoce”.

Os argumentos defendidos nos documentos e abordagens governamentais durante o governo Bolsonaro, ao articularem a linguagem dos direitos humanos com a narrativa essencialista e binária a respeito da sexualidade e do gênero, foram capazes de enquadrar tais elementos discursivos para validação de suas posições ideológicas, identificadas com os grupos religiosos e conservadores. Essa estratégia foi realizada ocultando-se e impedindo o debate sobre pluralismo, prazer sexual, diversidade de gênero e sexualidade, enfatizando-se, numa perspectiva comportamentalista e individualista, o autocuidado, a importância da família como lugar de segurança e, acima de tudo, partindo da ideia de que é preciso salvar os/as adolescentes das “más” influências culturais, que levariam à sexualização e erotização precoces. Como não há uma definição precisa sobre o adjetivo precoce, pode-se entender precoce como toda sexualidade vivenciada no período da infância e adolescência (0-19 anos). Sendo assim, é importante destacar que o borramento das definições sobre os conceitos apresentados nas políticas públicas, além de seu casamento com o idealismo

5

Diversos trabalhos vêm abordando a ofensiva conservadora antigênero no contexto internacional e local, a qual pressupõe uma aliança entre grupos religiosos católicos e evangélicos, com intuito de restauração de valores tradicionais, ao recusarem a diversidade sexual e de gênero. Tais movimentos são também articulados às pautas políticas e econômicas da extrema direita.

abstrato, faz parte do método utilizado por estes setores para alcançarem hegemonia discursiva no campo das políticas públicas brasileiras.

Conforme argumentam Moraes *et al.* (2020, p. 813) a respeito do caráter familista das políticas sociais brasileiras, faz-se mister considerarmos as particularidades da nossa formação social, econômica, política e cultural, as quais ajudam a construir um conjunto de determinações que fortalecem a “cultura patriarcal, tradicionalista, preconceituosa que perpetuou características históricas na constituição de um certo modo de ‘ser família’”. Além disso, também configurou certas expectativas no interior das instituições da sociedade e do Estado na relação com as famílias, sempre tomadas como entes abstratos e sacralizados, materializando-se em políticas de caráter familista e conservador.

Enquanto isso, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2022) publicou um documento em que destacou a necessidade de dar “visibilidade ao invisível”, tratando-se da crise da invisibilidade ou da falta de atenção mundial às gestações não intencionais e suas causas e consequências sociais. A investigação que abarcou 96% da população adolescente mundial concluiu que, no conjunto dos países em desenvolvimento, um terço das mulheres jovens (20 a 24 anos) havia gestado na adolescência, sendo que praticamente a metade tinha até 17 anos na primeira gestação. De acordo com o documento, o desenvolvimento social e econômico, maiores índices de igualdade de gênero, políticas que contemplem um incremento de acesso legal ao aborto seguro e a oferta de educação sexual integral refletem diretamente em reduções das taxas de gestações não intencionais (UNFPA, 2022).

No Brasil, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), temos uma das maiores taxas de gravidez na adolescência da América Latina e, mesmo que tenha decrescido nos últimos anos, ainda eram 68,4 nascidos vivos a cada mil meninas de 15 a 19 anos, em 2016. Desse modo, entendemos que no contexto atual, de recomposição de forças e projetos políticos no interior do Estado e na própria sociedade, faz-se *mister* acompanharmos e analisarmos os debates, ações, programas e políticas que envolvem a sexualidade e a juventude, com foco em dois elementos importantes para a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos para a juventude: a educação em sexualidade e as gestações na adolescência,.

2. Procedimentos metodológicos:

Trata-se de uma pesquisa social, fundamentada em uma perspectiva feminista, decolonial e construtivista. Os postulados decoloniais e dos feminismos críticos nos oferecem uma perspectiva de

análise mais complexa para entendermos as relações e entrelaçamentos de raça, classe, gênero, sexualidade, geopolítica e geração na sociedade brasileira contemporânea (LUGONES, 2020). Nesse sentido, a busca por incorporar a perspectiva decolonial passa pela compreensão da manutenção das relações coloniais de poder, as quais se fazem presentes nas relações entre os países, entre países e sujeitos e entre os sujeitos, colonialidade que é “de poder, saber, ser, natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas” (LUGONES, 2014, p. 940).

Metodologicamente, consideramos o material documental sobre o desenvolvimento das políticas sexuais, durante a gestão governamental de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2024/1), com foco nos debates, ações, programas e políticas nacionais relativos à educação em sexualidade e prevenção de gestações na adolescência. O material documental é composto por documentos escritos e audiovisuais, coletados precipuamente em sítios eletrônicos governamentais, públicos e sem acesso restrito, no período de 2023-2024/1.

São eles: 1. Cartilha ‘Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora’ [recurso eletrônico], lançada pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), em 2024. 2. Nota técnica n. 2/2024 (Secretaria de Atenção Primária à Saúde/Ministério da Saúde) que trata da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - “Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos”. 3. Nota técnica n. 5/2023 (Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Ministério da Saúde)- documento orientador do Programa Saúde na Escola: indicadores e padrões de avaliação do ciclo 2023/24.

As questões que nortearam a leitura dos documentos: 1. Buscar captar quais valores sociais embasam as concepções e direcionamentos dados às políticas em sexualidade para a juventude? 2. Quais são as estratégias, ações e políticas desenvolvidas visando apresentar respostas aos altos índices de gestação na adolescências, as graves violações dos direitos humanos das crianças e jovens, incluindo as violências sexuais? 3. Investigar como e se aparece o enfoque de gênero, raça e classe nos documentos analisados e políticas governamentais a respeito deste tema.

Para tanto, tomamos a premissa da análise de discurso de que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2007) para pensar sobre as políticas sexuais para a juventude e seus impactos sociais (de uma perspectiva decolonial e relacional), os quais temos a intenção de tornar cada vez mais visíveis, no empenho de contribuir, ainda que de forma modesta, para mudanças nas políticas públicas e também nos movimentos e debates sociais engendrados nesse campo.

Além da pesquisa documental, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, em contexto nacional, com abordagens sobre o desenvolvimento das políticas sexuais voltadas mais especificamente para a população jovem.

3. Resultados:

A educação em sexualidade de jovens brasileiros: Governo Lula e as disputas em torno das políticas sexuais

Durante o discurso de posse da ministra da Saúde, Nísia Trindade, tivemos expressão pública do interesse de parcela importante do governo atual de Lula em certo reposicionamento das narrativas e estratégias políticas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos, em especial da juventude. Em seu discurso, a mesma menciona que o governo, por via da construção de comissões transitórias tripartites no âmbito daquele ministério, se comprometia em revogar portarias e notas técnicas que ofendessem a ciência, os direitos humanos e os direitos sexuais e reprodutivos. Em seguida, observa que é fundamental restabelecer o campo de disputas dominado, até então, pelas forças conservadoras. Vale ressaltar que o lema do governo Lula é “união e reconstrução”, sendo que o primeiro termo dessa díade coloca a necessidade de diálogo entre setores sociais que se posicionam de forma oposta em relação a temas centrais que envolvem os direitos humanos e, entre eles, especialmente os direitos sexuais e reprodutivos da população jovem, nesse caso, mas não somente. Conforme foi analisado por autores (2023), a gestão governamental de J. Bolsonaro defendeu a ideia de abstinência (ou adiamento da vida sexual) como panaceia para a questão da “alta” incidência de gravidez na adolescência e como alternativa a ser destacada no contexto das ações educativas em sexualidade (Autores, 2023). E respondeu à gravidade das violências sexuais com crianças e adolescentes no Brasil com políticas fundamentadas em perspectivas familista (privatista), ultraneoliberal e teocrática (Autores, 2023).

Com este cenário, o governo Lula, desde o início, apontou que a ideia era utilizar a política de saúde como principal articuladora para a formação sexual, como forma de deslocar o problema estabelecido em torno da política de educação, e considerando que as próprias narrativas conservadoras afirmam que a gravidez na adolescência e as violências sexuais devem ser tratadas como questão de saúde pública.

Dessa forma, o Ministério da Saúde, por meio do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, formulou o documento, lançado em 2022, denominado *Passo a Passo para a Adesão ao Programa Saúde na Escola: ciclo 2023/2024*. Tal documento

retoma o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, com a proposta de alinhar as duas políticas para promover saúde e educação integral. Mais uma vez, a opção foi propor um trabalho intersetorial da saúde com a educação, explicando que o objetivo é, [...] refletir sobre como esses serviços estão se relacionando, qual o padrão de comunicação estabelecido entre as diferentes equipes e serviços, qual o modelo de atenção ao público escolar e qual o modelo de gestão intersetorial produzidos nesses serviços (Brasil, 2022, p. 3).

Ao republicar o Programa Saúde na Escola, o Ministério da Saúde publicou em 2023 a Nota Técnica nº 5, que tem como propósito orientar o PSE. Assim como os outros, a nota foi elaborada com a intenção de apontar o trabalho intersetorial e que o programa deve estar inserido no projeto pedagógico das escolas. A nota lança o compromisso com o processo de ensino sobre as questões de saúde nas escolas.

Em fevereiro de 2024, durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, foi lançada a cartilha *on line* “Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora”, que apresenta uma perspectiva de rompimento com os direcionamentos dados a estas pautas pelo governo anterior, que implicam em críticas quanto ao fortalecimento do pânico moral em torno sexualidade juvenil, pautando a adolescência e juventude como período fundamental para o aprendizado da sexualidade. Não mais tratada como assunto de cunho puramente familiar, a educação sexual introduzida pelo documento permeia todos os âmbitos da sociedade civil, incluindo a escola como estimuladora da discussão, que deve ser feita de forma crítica e ética.

O documento apresenta o complexo enredo que circunda a discussão sobre sexualidade no Brasil, explorando os conceitos de moralidade, cultura e liberdade. Ao apresentar os jovens brasileiros como sujeitos dotados de sexualidade, a cartilha faz uma escolha contrária ao moralismo religioso exposto pelas políticas de abstinência sexual formuladas pelo governo de J. Bolsonaro, entendendo a sexualidade como aspecto fundamental para o desenvolvimento dos corpos, das subjetividades e relações juvenis. A cartilha afirma a capacidade de aquisição de autonomia dos jovens brasileiros através da sexualidade, pois é através dela que esta população pode obter conhecimento sobre prazer, afeto, direitos, identidade, corpo e cuidado. Como exposto neste documento, “é libertador aceitar a própria sexualidade e ser respeitado por ela” (Brasil, 2024, p. 13). Percebe-se, uma aproximação do conceito construtivista da sexualidade, afastando-o de uma visão reducionista e essencialista, com foco na reprodução/contracepção, prevenção de doenças, da violência e gravidez não planejada (Desidério *apud* Malagi e Slongo, 2023, p. 10).

É importante salientar também a compreensão da importância da educação sexual como uma ferramenta de prevenção às violências sexuais e de gênero. Já é possível argumentar que, as políticas conservadoras de abstinência sexual e de responsabilização das famílias sobre a sexualidade, obtiveram resultados nada satisfatórios na proteção de crianças e adolescentes às violências sexuais (Autores, 2023).

De acordo com dados do *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o Brasil atingiu o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história, com 74.930 vítimas (Bueno; Bohnenberger; Martins; Sobral, 2023, p. 154). Esses números alarmantes se tornam ainda mais preocupantes quando incluímos o fenômeno da subnotificação de casos em nossas análises, percebemos que, até mesmo, demonstrar o crescimento da violência sexual no Brasil não é tarefa fácil. Sabemos que a subnotificação ainda é regra nestes casos e está longe de ser uma especificidade do contexto brasileiro.

Não é novidade que a educação em sexualidade é uma arma poderosa na identificação de violências sexuais e de gênero. Uma simples pesquisa no buscador *Google* já nos exemplifica a efetividade de uma educação sexual transformadora. São recorrentes reportagens atestando a identificação de violência sexual com crianças e adolescentes a partir de atividades ligadas à educação em sexualidade. É imprescindível a participação da escola na discussão, bem como a família, dispositivos governamentais e instituições da sociedade civil.

Já a Nota Técnica Nº 2/2024, trata sobre a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, ocorrida em fevereiro de 2024, e explora a gravidez na adolescência em todas as suas nuances, desde os aspectos biológicos até os aspectos sociais, englobando este tema numa discussão ampliada sobre saúde. A Nota destaca o importante papel da educação sexual como ação preventiva de casos de gravidez na adolescência, apresentando os fatores de riscos sociais e biológicos enfrentados pela população jovem ao gestar. As ações recomendadas pela Nota Técnica incluem: ações de prevenção da violência sexual e suas repercussões sobre a saúde; componentes educativos, com enfoque de gênero sobre os direitos sexuais e reprodutivos; a corresponsabilidade masculina nos eventos sexuais e reprodutivos; respeito à diversidade sexual e suas manifestações (Brasil, 2024, p. 4).

Entretanto, o Brasil ainda enfrenta os reflexos do avanço do conservadorismo e do fundamentalismo religioso, que servem de base para políticas cada vez mais conservadoras e de ataques aos direitos sexuais e reprodutivos conquistados até então. Os ataques à educação sexual tornaram-se recorrentes, resultando em projetos de lei e propostas de políticas que impõem



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

limitações e reverses para as políticas relacionadas aos direitos humanos, entre eles, os direitos sexuais e reprodutivos. Reflexo disso é o Projeto de Lei nº 1904/24, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro. Faz-se *mister* ressaltar que o acesso ao aborto legal no Brasil é extremamente doloroso e adoecedor para as vítimas, já violada e revitimizada, devido à pequena rede especializada que realiza o procedimento e a demorada judicialização da solicitação de interrupção da gravidez decorrente de um abuso, além da pressão social causada por grupos religiosos e neofascistas, contrários aos direitos sexuais e reprodutivos e à própria educação sexual.

Um dos grandes agentes políticos desta proposta é o então Deputado Federal Nikolas Ferreira (PL-MG), deputado federal mais votado da história do Brasil. Conhecido por defender uma política pautada nos interesses da família (cis-heteronormativa) e munido de ideais neopentecostais de cunho fundamentalista, Nikolas vem destilando ataques aos grupos marginalizados, à diversidade sexual e à própria educação sexual. Não destacamos este parlamentar ao acaso, mas sim por ocupar grande espaço nas discussões sobre educação sexual no Brasil. Nikolas foi eleito como presidente da Comissão de Educação na Câmara dos Deputados no dia 06 de março de 2024. Quando perguntado sobre educação sexual em entrevista ao canal CNN, no dia 07 de março de 2024, Nikolas faz a seguinte colocação: *“Sou contra o professor se colocar na posição de educador sexual, contra o que passar de biologia”, afirmou. “A educação sexual se dá em casa com os pais. O tema deve ser tratado na escola porque é um tema de biologia. Inclusive se as pessoas se ativessem mais às questões biológicas, teriam menos discussões com relação a isso”*.

Ao adotar essa visão, Nikolas utiliza um discurso biologizante, familista e acrítico da educação sexual, despindo-a de todo contexto e não levando em conta outros marcadores sociais que atravessam a vida dos jovens. Tal visão impossibilita a implementação de uma educação sexual transformadora, retrocedendo sempre ao datado e insuficiente molde da educação sexual tradicional, como exposto por Brandão e Lopes (2018), a educação sexual, quando ocorre no contexto escolar brasileiro, ainda enfrenta o desafio de extrapolar a dimensão meramente biológica da sexualidade, e superar a ênfase estrita na prevenção de gravidez na adolescência e de infecções sexualmente transmissíveis e HIV/Aids. A sexualidade continua sendo abordada na perspectiva do risco e das doenças, para prevenir os problemas de saúde como forma de controle dos agravos (Palma et al., 2015).

Com isso, é importante não apenas analisar os materiais formulados pelo governo Lula que tratam sobre a educação sexual, mas também todo o contexto dos atores políticos envolvidos na trama

brasileira das sexualidades juvenis. Há avanços inegáveis em relação ao governo anterior no que tange às discussões sobre sexualidade e nas ações tomadas pelo governo para democratizar e aprimorar a discussão, porém é necessário estar sempre atento ao percurso histórico do conservadorismo que assola o momento político atual.

Considerações finais:

Partindo da necessidade de compreender as estratégias de ação dos setores conservadores e setores críticos no Brasil no que se refere à educação em sexualidade para jovens, nos detivemos aqui na análise das estratégias e disputas ideopolíticas, bem como as formulações de linhas de ação para prevenção de gravidez na adolescência. No que tange à educação sexual, percebemos que os ataques direcionados a ela se revestem de diferentes manifestações de *violências contra as escolas*, que ficou visível nas últimas décadas.

Nos últimos anos, identificamos nas narrativas e atitudes dos governantes ligados à extrema direita brasileira, fundamentalistas religiosos e anticomunistas, conhecidos como participantes da bancada evangélica (bíblia) e do "boi". Tais parlamentares, manifestam uma repulsa à ideia de educação sexual, uma vez que acusam essa educação como uma tentativa de motivar o ato sexual e interferir no desejo dos/as estudantes. De acordo com o pensamento desses setores, a educação sexual é algo que deve ser responsabilidade exclusiva das famílias, pois, segundo eles, o objetivo das escolas é desenvolver uma doutrinação marxista e de promover a "ideologia de gênero" (Cassiavillani e Albrecht, 2023). Eles se concentram mais em torno das disputas no setor de educação.

Essa disputa é antiga e mesmo assim é sempre reeditada, podemos citar as narrativas opostas ao programa governamental *Escola Sem Homofobia*. O projeto foi apelidado por Jair Messias Bolsonaro (Deputado Federal na época) de "*kit gay*". Parte significativa da população e do Congresso Nacional concordou com tal discurso e aliou a ideia de combate ao "novo inimigo". Aqueles que defendiam parcialmente a educação sexual nas escolas, usavam o argumento que a discussão deveria ser realizada apenas nas disciplinas de Ciências Naturais. Não à toa, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) traz como competência para a disciplina de ciências que, "nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária [...]" (Brasil, 2017 p. 327).

Entretanto, entendemos que as escalas de violência conservadora contra as escolas, tanto em relação à instituição quanto ao trabalho docente, traz reflexos negativos para o trabalho com a educação em sexualidade. A realidade é que professores/as se sentem desrespeitados e amedrontados diante da possibilidade de sofrerem incisivas ameaças. Por isso, embora tenha enfrentado desafios na discussão, o governo Lula ainda pensa em estratégias para que a formação em sexualidade seja realizada com crianças e adolescentes. Uma delas foi a formulação da cartilha "*Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora*", criada pelo Ministério da Saúde em conjunto com a Universidade de Brasília.

Cabe destacar que os participantes na elaboração da obra demonstraram lucidez ao trazer a família como protagonista para o debate e colocar a educação formal como uma aliada no processo de formação. O material pensou estrategicamente a importância do diálogo com os grupos conservadores, considerando o que eles defendem. Dessa forma, a cartilha aponta que "[...] a necessidade de trabalhar a temática sexual também reside no fato de que ela está presente em toda a sociedade" (Brasil, 2024, p.6).

Percebe-se um direcionamento para a compreensão de que a educação sexual deve acontecer mediante a articulação da família, sociedade civil e instituições do Estado. Além disso, demarcamos que, nesse momento, a estratégia para ter sido manter o debate no âmbito da saúde, passando ao largo, mas incluindo o campo da política de educação, que foi onde este debate ganhou mais destaque pelas narrativas conservadoras. Retirar as escolas como principal motivador da educação sexual foi fundamental no atual cenário político, que ainda mantém os parlamentares conservadores e reacionários como maioria no congresso. Porém, a cartilha deixa evidente que a educação em sexualidade permanece sendo uma questão de política pública, por isso deve-se manter a responsabilidade das escolas, movimentos sociais e outros espaços na discussão.

5. Referências bibliográficas

Autores (2023). [omitida para submissão aos pareceristas].

Brasil. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. *Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora* [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Universidade de Brasília/Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 32 p.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Brasil. Ministério da Saúde. *Nota técnica n. 2/2024* - Secretaria de Atenção Primária à Saúde/Ministério da Saúde - trata da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - "Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos". Ministério da Saúde/Brasília, 2024.

Brasil. Ministério da Saúde. *Nota técnica n. 5/2024* (CGEDESS/DEPPROS/SAPS/MS)- Documento Orientador do Programa Saúde na Escola: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2023/2024. Ministério da Saúde/Brasília, 2024.

BUENO, Samira; BOHNENBERGER, Marina; MARTINS, Juliana; SOBRAL, Isabela. A explosão da violência sexual no Brasil. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 154-161, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

CARRARA, S. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>. Acesso em: 20 jan. 2022.

CARVALHO, M. C.; SIVORI, H. F. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017.

CASSIAVILLANI, Thiene Pelosi; ALBRECHT, Mirian Pacheco Silva. Educação Sexual: uma análise sobre legislação e documentos oficiais brasileiros em diferentes contextos políticos. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 39, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ZbGGgt6VvqkKxjLGgcZRScv/> Acesso em: 16 abr. 2024.

CORREA, S.; PETCHESKY, R. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 147-177, 1996.

FOUCAULT, M. (1976) *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

IRINEU, B. A. 10 anos do programa Brasil sem Homofobia: notas críticas. *Temporalis*, Brasília, v. 14, n. 28, 2014.

JUNQUEIRA, R. D. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – Ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, P. R. C.;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MAGALHÃES, J. C. (Org.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande do Sul: Furg, 2017.

LEITE, V. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 32, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H.B (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 52-83.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para uma população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 39, 2012.

MORAES, P. M. *et al.* Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 20 jun. 2022.

OMS. Taxa de gravidez na adolescência no Brasil está acima da média latino-americana e caribenha. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/taxa-de-gravidezadolescente-no-brasil-esta-acima-da-media-latino-american-a-e-caribenha/>. Acesso em: 23 maio 2022.

ORLANDI, E. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, R. M. G. *et al.* *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. “Ideologia de gênero” em movimento. *Revista de Psicologia e Política*, São Paulo, v. 18, n. 43. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 maio 2022.

SALES, L.; MARIANO, R. Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos. *Religião e Sociedade*, v. 39, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0100-85872019v39n2editorial>. Acesso em: 03 março 2022.

UNFPA. *Estado de la población mundial 2022*. Visibilizar lo invisible: la necesidad de actuar para poner fin a la crisis desatendidas de los embarazos no intencionales. 2022. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://argentina.unfpa.org/es/publications/visibilizar-lo-invisible-la-necesidad-de-actuar-para-poner-fin-la-crisis-desatendida--2>. Acesso em: 6 abr. 2022.

UNICEF; FBSP. *Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil*.

Unicef/FBSP, out. 2021, Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file/panorama-violencia-letal-sexual-contra-criancas-adolescentes-no-brasil.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2022.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Gênero e sexualidade: concepções e discussões acerca da educação. *Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 12, n. 1, 2019.

ZAN, D.; KRAWCZYK, N. A disputa cultural: o pensamento conservador no ensino médio brasileiro. *Revista Amazônida*, Manaus, v. 4, n. 1, 2019.